CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

PROCESSO N°: 194/67 - CEPE

INTERESSADO: COFAP - COMPANHIA FABRICADORA DE PEÇAS

ASSUNTO : Renovação do certificado de isenção do recolhimento do Salário educação.

RELATOR : Cons. MIGUEL REALE.

P A R E C E R n° 7/67

A "Comissão de Legislação e Normas", manifestando-se sobre as duas questões formuladas no despacho retro, e à vista do Parecer do Conselheiro A. Lopes Casali, confirmando as conclusões expostas na sessão conjunta com a CREPEM, onde foram aduzidos os argumentos em que as mesmas se fundam, tem a dizer:

1º) Que não há incompatibilidade entre o disposto no art. 5º da Lei nº 4.440, de 27/10/964 e o que determina o art. 170 da Constituição do Brasil, idêntico ao art. 168, nº II da Constituição de 1946 : o legislador ordinário fixou determinadas alternativas para atendimento da obrigação constitucional, ficando o exame de cada caso concreto confiado à administração estadual do ensino, com apenas o E. Conselho Estadual de Educação. Esse sistema plástico, que prevê duas formas de colaboração, além da representada pelo pagamento puro e simples do salário educação, é isento de qualquer vício de inconstitucionalidade e resulta de circunstâncias de fato inamovíveis, como por exemplo, a necessidade da colaboração das entidades privadas com o serviço público, para se atingirem resultados imediatos e eficazes.

2º) Não se ignora que, tanto no plano das atividades educacionais, como nas de caráter económico, a Constituição recomenda, ou melhor, estatui, como princípio básico, a preferência pelas formas de cooperação da iniciativa privada como o Estado.

Poderia parecer, à primeira vista, que, sendo as empresas obrigadas "a manter" o ensino primário gratuito de "seus empregados e dos filhos destes", só haveria um modo de cumprir o mandamento constitucional, qual seja o de manter estabelecimentos de ensino na proporção de seus assalariados evidente, porém, que a expressão "manter o ensino primário" tem um sentido amplo, desde a manutenção de escolas próprias até à contribuição em dinheiro para, através de entidades oficiais ou particulares, seja alcançado o alto fim visado.

É a razão pela qual o processo de manutenção foi deixado ao critério do legislador ordinário.

3º) O exame mais perfuntório do problema demonstra, no plano dos fatos, que empresas, com reduzido numero de empregados, não tem condições materiais para proporcionar ensino gratuito a seus dependentes através de órgãos próprios. Daí a previsão legal de um mínimo de 100 empregados, conforme se lê no art. 5º da Lei

4.440. Nem se esqueça de que, mesmo dispondo de grande número de assalariados, pode uma empresa verse perante várias dificuldades: impossibilidade prática de localizar a escola de modo a atender a maioria das famílias de seus empregados, máxime nas Capitais, onde a dispersão de mão de obra é uma circunstancia notória; desinteresse de seus empregados em gozar do benefício do ensino gratuito, etc.

Vê-se, portanto, que andou bem o legislador optando por uma sedução pluridimensional, transferindo a análise de cada hipótese do prudente critério das autoridades do ensino.

Não se compadece, em suma, com o espírito do art. 170 da Carta Maior a sua interpretação estrita, quer no sentido de que a "manutenção do ensino" equivalha a "manutenção de escola própria"; quer no sentido de que dita "manutenção" só fosse ter como destinatários obrigatórios os empregados de cada empresa. O texto constitucional emprega, repito o termo "manter" em sentido genérico, sem estabelecer que a manutenção em apreço deva ser pessoal ou direta.

4º) Pode-se concluir que a referência aos "empregados" da em presa tem dupla significação: constitui uma base para cálculo da contribuição da entidade; indica aqueles a que, de preferência, tal contribuição se destina.

Dessarte, agiu com acerto o legislador possibilitando a "manutenção indireta" através de bolsas de ensino, sem prejuízo de poder o ensino primário ser ministrado diretamente por estabelecimentos da própria empresa, cobrindo uma área diversa da representada por seus empregados.

Em princípio, tal como o preceitua a Constituição, a entidade empresarial deve ser vista como uma comunidade, em cujo seio as contribuições do empresário se destinam, de preferência, aos seus colaboradores. Solução prioritária que pressupõe, todavia, a existência de múltiplos fatores a serem examinados "in concreto". Inexistindo condições objetivas favoráveis à, chama-la assim, escola própria, cumpre reconhecer-se o direito de opção por outros modos de cooperação, na forma da lei.

Não será demais acentuar outro aspecto da questão: a expressão "ensino primário" constante do art. 170 da Carta Maior, deve ser recebido na plenitude de seu significado, indo muito além, sem dúvida, da mera escolaridade.

5º) Isto posto, tudo se resume na adoção de critérios prudentes quando do exame de cada caso particular, considerando-se a totalidade dos elementos ocorrentes, para verificar se o estabelecimento mantido pela empresa atende, efetivamente, aos objetivos constitucionais, levando-se em conta:

- a) A situação da escola e sua estrutura;
- b) A sua relação com os empregados da empresa, quando estes residirem, em sua maioria, numa "área de vizinhança";
- c) A inexistência de prejuízo para estabelecimentos oficiais de ensino primário localizados nas proximidades da escola projetada;
- d) A condição social e económica dos futuros alunos da escola programada.

Tais critérios são aqui lembrados apenas a título de exemplo, visto como há peculiaridades múltiplas e diversificadas, cuja análise não pode ser a priori afastada. E tão somente com essa orientação prudente e global que este Conselho corresponderá à alta missão que lhe foi confiada, em capítulo tão relevante da política educacional brasileira, devendo-se evitar soluções abstratas, que se não conciliam com o espírito do preceito constitucional.

Sala das Sessões, 23/10/1967.

- a) MIGUEL REALE - Relator.
- a) Honório Monteiro
- a) Esther de Figueiredo Ferraz
- a) Oswaldo Müller da Silva.

O parecer supra foi aprovado unte na 20ª reunião da CLN, Realizada em conjunto com a CREPEM, em 23/10/1967.

- a) Honório Monteiro.
Presidente da CLN.